



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

... continuação do Veto nº 006/2024.

público, sem iniciativa do Governador do Estado. 2. Ação Direta julgada procedente, declarando-se a inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 251, de 15.06.2002, do Estado do Espírito Santo. 3. Plenário. Decisão unânime.

(ADI 2754, Relator(a): SYDNEY SANCHES, Tribunal Pleno, julgado em 03-04-2003, DJ 16-05-2003 PP-00091 EMENT VOL02110-01 PP-00195)

REPRESENTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL Nº 5.436/2017, DE INICIATIVA PARLAMENTAR, QUE  DISP E SOBRE A  CONCESS O DE HORÁRIO ESPECIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA, RESPONSÁVEIS POR PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS QUE REQUEIRAM ATENÇÃO PERMANENTE . CARGA HORÁRIA. TEMA ALUSIVO AO REGIME JURÍDICO DO SERVIDOR. PRECEDENTE DO STF. MATÉRIA ADMINISTRATIVA. INICIATIVA RESERVADA AO CHEFE DO EXECUTIVO. PROJETO DE LEI DE ORIGEM PARLAMENTAR. VÍCIO FORMAL DE INICIATIVA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. VÍCIO MATERIAL. PARECERES MINISTERIAL E DO PROCURADOR - GERAL DO ESTADO EM RESPALDO. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE COM EFEITOS EX TUNC E ERGA OMNES. **O tema alusivo   redução da carga horária dos servidores responsáveis por pessoa portadora de necessidades especiais está inserido no âmbito do "regime jurídico dos servidores", matéria tipicamente administrativa, de competência privativa do Chefe do Poder Executivo,** conforme prevê o   1  do artigo 61 da CRFB/88, reproduzido por simetria pelo artigo 112,   1 , inciso II,  lneas "a" e "b", da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, **não podendo o Poder Legislativo intervir em tal seara, mesmo que sob a égide das mais elevadas e t ltivas intenções** . Ademais, ressaia malferido, também, o princípio da separação dos Poderes, consagrado no artigo 2  da Constituição da República e reproduzido no artigo 7  da Constituição Estadual. Impende gizar que o julgamento do tema n.é 1.097 pelo Supremo Tribunal Federal em nada altera a inferência de que o diploma legislativo em enfoque padece de eiva insanável, uma vez que o Sodalício analisou a temática sob o prisma da constitucionalidade material, firmando precedente que



Autenticar documento em <https://saomateus.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade>
com o hash **34803780888993200390031002A08540052006100** para garantir a autenticidade
assinado digitalmente com o hash **34803780888993200390031002A08540052006100** e o documento assinado
digitalmente com o hash **34803780888993200390031002A08540052006100** e o documento assinado



